



PONTO A PONTO

• TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro registrou 10,1 milhões de novos vínculos formais entre janeiro de 2023 e junho de 2026, uma alta de 19,1%, passando de 52,8 milhões para 62,9 milhões de vínculos. No período, os empregos celetistas cresceram de 43,4 milhões para 48,2 milhões, enquanto os vínculos de agentes públicos avançaram de 9,3 milhões para 14,3 milhões, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

• GOVERNABILIDADE

A percepção sobre o governo Lula permanece predominantemente negativa: 50% dos eleitores desaprovam o desempenho pessoal do presidente, enquanto 43% aprovam, com 7% que não souberam responder. Sobre o trabalho da administração, 47% classificam como "ruim" ou "pés-simo", enquanto 36% consideram "ótimo" ou "bom" e 15%, "regular", segundo levantamento da PoderData/Aya.

• INFLAÇÃO

A projeção para a inflação brasileira em 2026 caiu novamente, passando de 5,03% para 5,02%, segundo o mercado. Apesar da redução, a estimativa permanece acima do teto da meta de inflação, de 4,5%, e também supera em 2,02 pontos percentuais o centro da meta, fixado em 3%. Para 2027, a expectativa foi mantida em 4,22%, segundo dados do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central.

• ENDIVIDAMENTO

Ao todo, 81,7 milhões de brasileiros estão inadimplentes, número 38,4% superior ao registrado em 2016, enquanto o volume total das dívidas chegou a R\$ 539 bilhões, alta de 54,9% no período. Entre os endividados, 48% têm renda de até 1 salário mínimo e 30% recebem até 2 salários mínimos. No âmbito familiar, 81,6% das famílias brasileiras estavam endividadas em junho, e 12,2% declaravam não ter condições de pagar as dívidas atrasadas, segundo dados do Mapa da Inadimplência da Serasa e da Peic, da CNC.

TSE restabelece filiação de Flávio ao PL horas antes do prazo



Plenário do TSE (Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE)

O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, determinou na quinta-feira (13) o restabelecimento imediato da filiação de Flávio Bolsonaro ao PL, viabilizando o registro de sua candidatura à Presidência às vésperas do prazo final. O caso teve um componente inusitado, já que o senador havia sido desfilado do PL e afiliado ao Missão, partido de Renan Santos, sem que isso partisse de sua vontade. Segundo o TSE, não houve invasão de sistema, mas uso indevido da ferramenta por alguém que tinha acesso às credenciais da legenda para efetivar filiações partidárias.

Na decisão, Nunes Marques afirmou que a filiação partidária é condição de elegibilidade e pressupõe o direito de ser votado, não podendo ser suprimida por ato de terceiro alheio à vontade do filiado, lembrando que Flávio era publicamente conhecido como pré-candidato do PL e mantinha filiação contínua ao partido desde 2021. Além de restabelecer o vínculo e excluir o registro no Missão, o presidente do TSE determinou a preservação dos registros de acesso ao sistema e enviou o processo à Polícia Federal para apurar autoria e circunstâncias do episódio.

No mesmo dia, o TSE adiou para a próxima terça-feira (18) a reunião em que os sete ministros discutiriam a validade do vídeo com inteligência artificial de Jair Bolsonaro exibido na convenção do PL, em 25 de julho. Nunes Marques pretende usar o caso para fixar um precedente sobre os limites do uso de IA em campanhas eleitorais, mas o colegiado segue dividido sobre a punição pedida pelos partidos que representaram contra o PL, com alternativas que vão de multa à campanha até uma interpretação mais ampla que proíba esse tipo de uso da tecnologia.



TENDÊNCIA: A filiação foi resolvida rápido, mas o inquérito aberto contra o autor do golpe administrativo pode reservar novidades, e a decisão sobre o vídeo de IA, adiada para a próxima terça, tende a estabelecer um precedente que pode pesar não só sobre o PL, mas sobre toda a campanha eleitoral de 2026.

Fachin defende sigilo da fonte após operação de Moraes, e imprensa reage com editoriais duros



Alexandre de Moraes, ministro do STF (Foto: Sérgio Lima/Poder360)

O presidente do STF, Edson Fachin, saiu em defesa do sigilo da fonte jornalística depois de o ministro Alexandre de Moraes autorizar busca e apreensão contra Raimundo Cutrim, ex-secretário de Segurança Pública do Maranhão apontado como fonte do jornalista Luís Pablo em reportagens sobre o uso de carros oficiais por parentes do ministro Flávio Dino, publicadas em novembro do ano passado. Fachin afirmou que o sigilo da fonte é garantia constitucional e que eventuais ilícitos precisam ser investigados sem que a apuração atinja o exercício legítimo da atividade jornalística, e sinalizou que o caso pode ser levado ao plenário da Corte.

A operação repercutiu mal fora do Judiciário. Folha de S.Paulo, Estadão e O Globo publicaram editoriais na mesma quinta-feira criticando a decisão. A Folha escreveu que "os ministros do STF [...] resolveram colocar o corporativismo acima da Constituição que têm por função institucional proteger". O Estadão foi na mesma linha, afirmando que "não há mais dúvida de que o inquérito das fake news foi convertido em instrumento de intimidação de qualquer um que ouse contrariar interesses de Suas Excelências, em particular jornalistas e empresas de comunicação". Já o Globo questionou a própria competência do STF para julgar o caso, já que "a investigação sobre Pablo nem sequer

deveria estar no STF, pois os acusados não têm prerrogativa de foro".

Fora da imprensa, o ex-deputado federal e ex-ministro das Comunicações Miro Teixeira, com onze mandatos na Câmara e reconhecido historicamente como defensor da liberdade de expressão, disse que o STF tem "momentaneamente atuado como tribunal de exceção" e "agido em substituição a outras instâncias" ao autorizar a medida contra a fonte do jornalista. Para ele, o episódio no Maranhão, terra natal de Dino, pode abrir uma discussão mais ampla sobre o uso do regimento interno da Corte e sobre se as garantias das partes em processo estão sendo respeitadas. Miro classificou o caso como "mais grave ao cidadão do que se imagina", reforçando que sem liberdade de imprensa não há democracia.



TENDÊNCIA: A convergência de críticas vindas de três dos maiores jornais do país, somada à fala de uma figura histórica da defesa da imprensa como Miro Teixeira, tende a pressionar o STF a levar o caso ao plenário mais cedo do que gostaria, especialmente num momento em que a oposição já usa o episódio para pedir impeachment de Moraes no Congresso. Fachin parece calcular que sinalizar apoio ao sigilo da fonte agora custa menos do que deixar a controvérsia se acumular às vésperas de um ano eleitoral que já tem o Judiciário como um de seus personagens centrais.

Flávio encosta em Lula no 2º turno em duas pesquisas na mesma semana



Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência da República (Foto: Daniel Ramalho/AFP)

O PoderData/Aya, que ouviu 2.400 entrevistados entre 9 e 12 de agosto, mostra Flávio Bolsonaro com 45% das intenções de voto contra 46% de Lula numa simulação de segundo turno, distância de apenas 1 ponto. Em quinze dias, Flávio subiu 2 pontos nesse cenário enquanto Lula ficou parado. No primeiro turno, porém, o presidente segue na frente fora da margem de erro, com 41% contra 35% do senador, números praticamente idênticos aos registrados há duas semanas.

A Genial/Quaest, divulgada na mesma janela de tempo, aponta na mesma direção. No segundo turno, Flávio passou de 37% para 39%, enquanto Lula recuou de 45% para 44%, um encolhimento de 3 pontos na distância entre os dois em relação à edição anterior. No primeiro turno, Lula caiu de 40% para 39% e Flávio chegou a 30%. É a primeira vez desde maio que o senador cresce numa rodada da Quaest, movimento que os próprios pesquisadores associam à queda da rejeição a Flávio, de 57% para 54%.

O avanço de Flávio nas duas pesquisas coincide com uma semana em que ele resolveu dois problemas que vinham pesando sobre a candidatura, a relação desgastada com Michelle Bolsonaro e a indefinição sobre o nome do vice. Do lado de Lula,

o período foi mais desfavorável, com a abertura de mais um inquérito contra Lulinha e a revelação do empréstimo de R\$ 249 mil que Marcola recebeu de Roberta Luchsinger, lobista ligada ao Careca do INSS. Nenhum dos dois casos está totalmente esclarecido, mas ambos reforçam um tema que historicamente rende mal para o petista nas pesquisas, a corrupção.

Ainda assim, vale o alerta de sempre. O quadro geral mudou pouco desde o início do ano, com Lula sempre à frente no primeiro turno e mostrando dificuldade recorrente de romper o teto de 50% dos votos no segundo. O que essas duas rodadas mostram, mais do que uma virada, é que a disputa segue aberta e sensível a episódios pontuais, com os dois principais nomes historicamente próximos um do outro.



TENDÊNCIA: Duas pesquisas de institutos diferentes captando o mesmo movimento no mesmo intervalo de tempo dá mais consistência ao sinal do que se fosse um resultado isolado. Se a queda na rejeição a Flávio se mantiver nas próximas rodadas, a corrida presidencial tende a ficar ainda mais competitiva do que já é, com Lula precisando lidar simultaneamente com o desgaste dos casos ligados à própria família e com um adversário que aprendeu a reduzir os próprios problemas de imagem nas últimas semanas.

Congresso aprova alívio tributário para combustíveis



Marussa Boldrin (Foto: Reprodução/Wikipedia)

Tanto a Câmara quanto o Senado aprovaram nesta semana, por 61 votos a 2, o PLP 114 de 2026, que reduz tributos federais sobre diesel, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação. O texto segue agora para sanção presidencial. A justificativa central do projeto é amortecer o impacto da alta nos preços internacionais do petróleo provocada pela guerra entre Estados Unidos e Irã, conflito que afetou uma das principais rotas de exportação da região e gerou forte oscilação no valor do barril.

Para cobrir a renúncia fiscal, o governo aposta na arrecadação extraordinária do setor de óleo e gás, que somou R\$ 28 bilhões no primeiro trimestre deste ano, ante R\$ 9 bilhões no mesmo período do ano passado. A avaliação da equipe econômica é que esse salto de receita é suficiente para compensar o efeito fiscal dos descontos concedidos aos combustíveis.

Ao longo da tramitação, parlamentares ampliaram o escopo do projeto. O texto final também concede benefícios tributários à produção de etanol, fertilizantes agrícolas e pesquisa em minerais críticos e terras raras, além de isentar do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante mercadorias destinadas a projetos de desenvolvimento da indústria de fertilizantes, com renúncia estimada em até R\$ 200 milhões por ano. O projeto também antecipa despesas fora do teto de gastos para defesa nacional, saúde e educação.

TENDÊNCIA: A folga fiscal usada para bancar o pacote depende diretamente da continuidade da arrecadação extraordinária do petróleo, o que deixa o governo exposto caso os preços internacionais recuem antes do esperado. A ampliação do escopo durante a tramitação, incorporando fertilizantes e minerais críticos, também é um sinal de como projetos com identidade setorial estreita tendem a virar veículo para pautas paralelas assim que chegam ao Congresso.

Lula nomeia Oswaldo Malatesta para chefiar do gabinete pessoal



Oswaldo Malatesta (Foto: Reprodução/LinkedIn)

Lula nomeou o cientista social Oswaldo Malatesta Neto para chefiar o Gabinete Pessoal da Presidência, substituindo Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, que deixou o cargo em julho. A saída de Marcola veio depois de vir a público que ele havia recebido R\$ 249 mil de Roberta Luchsinger, lobista ligada ao Careca do INSS, valor que o próprio Marcola classificou como empréstimo de caráter estritamente privado, mas que passou a ser investigado pela Polícia Federal dentro do inquérito que também mira Lulinha.

Malatesta não é um nome novo na estrutura. Formado em Ciências Sociais pela UFSCar, com pós-graduação em economia e relações internacionais, soma cerca de quinze anos de serviço público e já vinha atuando como subchefe do próprio Gabinete Pessoal desde janeiro de 2023, diretamente sob Marcola. Também integrou a campanha de Lula em 2022 como assessor de agenda, função que lhe deu proximidade de longa data com o núcleo mais próximo do presidente.

A escolha por promover alguém de dentro da própria equipe, em vez de buscar um nome externo, sinaliza a intenção do Planalto de trocar a liderança sem alterar o funcionamento cotidiano do gabinete, área sensível por lidar diretamente com a agenda pessoal do presidente. Ainda assim, a troca ocorre num momento delicado, com o nome de Marcola seguindo associado ao noticiário sobre o caso do INSS mesmo após sua saída do cargo.

TENDÊNCIA: Substituir Marcola por seu subordinado direto reduz o risco de ruído na rotina do Palácio, mas não isola o Planalto do desgaste político do episódio, já que o novo chefe de gabinete assume justamente na esteira de uma crise que ainda pode gerar depoimentos e novos desdobramentos. A continuidade da equipe interna sugere que o governo aposta em normalizar a rotina rapidamente, apostando que o caso perca força antes de contaminar a campanha de reeleição de forma mais séria.

Lula e Alcolumbre reatam relação e destravam parte da pauta



O presidente Lula e o presidente do Senado Davi Alcolumbre (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Lula recebeu Davi Alcolumbre no Planalto na quarta-feira (12) para tratar das prioridades legislativas do governo, encontro que a líder do governo no Senado, Teresa Leitão, resumiu dizendo que "está tudo destravado". Entre os avanços concretos está a instalação da comissão mista que vai analisar a MP que revogou a taxa das blusinhas, tributação sobre pequenas compras internacionais, com validade até 8 de setembro. O governo também acertou com Alcolumbre a criação de comissões para outras medidas provisórias em tramitação, incluindo crédito extraordinário para ações de defesa civil em áreas atingidas por desastres e a redução da fila do INSS.

O PLP dos Combustíveis teve acordo fechado para votação na Câmara e no Senado na mesma quarta-feira, movimento que de fato se confirmou, com o texto aprovado pelos senadores por larga margem. Dois dias depois, nesta sexta-feira (14), Alcolumbre anunciou o encaminhamento às comissões do Senado de três propostas consideradas prioritárias pelo governo, a PEC 221/2019, que acaba com a escala 6x1, a PEC 18/2025, da Segurança Pública, e o PL 2.780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Em nota, o presidente do Senado classificou os três textos como de "alta complexidade" e disse que vão seguir o rito ordinário e regimental da Casa, com análise e aprofundamento

nas comissões antes de qualquer votação em plenário. Fez questão de frisar que o encaminhamento não significa aprovação automática das medidas defendidas pelo Executivo, reafirmando a independência do Congresso na condução da pauta.

O ministro José Guimarães, das Relações Institucionais, descreveu o clima do encontro entre Lula e Alcolumbre como positivo, dizendo que o presidente estava "descontraído e esperançoso" e brincando que ele próprio comeu bastante bolo durante a reunião. No dia seguinte ao encontro, Lula gravou uma série de vídeos em Brasília ao lado de candidatos a governador e ao Senado que apoia nas eleições deste ano, reforçando o uso da máquina de comunicação do Planalto para consolidar o palanque próprio pelo país.



TENDÊNCIA: O movimento de Alcolumbre tira o 6x1 e a PEC da Segurança do impasse total, mas os empurra para um trâmite que ele mesmo descreve como longo e cuidadoso, o que na prática adia qualquer votação em plenário para depois de um período de análise nas comissões. A ressalva pública sobre a independência do Congresso também sinaliza que o presidente do Senado não pretende tratar o encaminhamento como sinal de aprovação garantida, mantendo o Planalto sob a mesma incerteza de antes quanto ao calendário real dessas pautas.

Campanha começa neste domingo



Nunes Marques, ministro do STF (Foto: Luiz Roberto/TSE)

A propaganda eleitoral só pode começar oficialmente neste domingo (16), um dia depois de encerrado, às 19h de sábado, o prazo para registro de candidaturas na Justiça Eleitoral. Até aqui, candidatos podiam participar de entrevistas, debates e apresentar propostas dentro do que a legislação chama de pré-campanha, mas o pedido explícito de voto antes da data sujeitava o responsável a sanções do TSE.

A partir de domingo, a propaganda passa a valer tanto nas ruas quanto na internet, em sites de candidatos, partidos, federações e coligações, além de blogs, redes sociais e aplicativos de mensagens, sempre dentro das regras da legislação eleitoral. A circulação paga ou impulsionada de conteúdo na internet, porém, só é permitida a partir de hoje e vai até 1º de outubro, véspera do primeiro turno.

O início da campanha oficial também marca a entrada em vigor de mudanças na Resolução 23.610/2019 do TSE, atualizada este ano pela Resolução 23.755/2026, que reforça regras de combate à desinformação e regulamenta o uso de inteligência artificial nas campanhas. A atualização chega em cima da hora para o caso mais visível do ano nesse tema, o vídeo de IA de Jair Bolsonaro exibido na convenção do PL, que o TSE ainda vai julgar e que deve funcionar como primeiro teste prático dessas novas regras logo na largada oficial da disputa.

TENDÊNCIA: O início formal da campanha tende a acelerar o volume de conteúdo gerado por IA nas redes, justamente no momento em que o TSE ainda não fechou os parâmetros de punição para esse tipo de uso. Campanhas que já vinham testando esse tipo de material em pré-campanha, como fez o PL, ganham agora um espaço mais amplo para escalar essa estratégia, o que deve pressionar o tribunal a decidir rápido sobre os limites antes que o problema se multiplique em outras candidaturas.

MP das blusinhas corre contra o prazo



O presidente do Senado Davi Alcolumbre (Foto: Carlos Moura/Agência Senado)

A MP 1357/2026, editada por Lula em maio, zera o Imposto de Importação de 20% cobrado sobre compras internacionais de até US\$ 50 feitas pela internet, medida que susteve na prática a chamada taxa das blusinhas depois de meses de reclamação de consumidores. O problema é o prazo. Como toda medida provisória, ela tem validade de 60 dias, prorrogáveis por mais 60, e essa prorrogação já foi usada. Se não for aprovada por Câmara e Senado até 8 de setembro, a MP perde a validade e a cobrança de 20% volta a valer automaticamente no dia seguinte.

A tramitação, no entanto, andou mais devagar do que o prazo permite. A instalação da comissão mista responsável por analisar o texto já foi adiada mais de uma vez por falta de acordo sobre quem vai presidir o colegiado e quem vai relatar a matéria. Depois de uma reunião marcada para 13 de agosto ser cancelada, a data ficou remarçada para 1º de setembro, quando finalmente serão escolhidos presidente e relator, apenas uma semana antes do vencimento da MP.

O cronograma aperta ainda mais quando se considera o rito normal de uma medida provisória, que exige leitura do relatório na comissão, votação no colegiado e depois passagem por Câmara e Senado antes de ir à sanção presidencial. Cumprir todas essas etapas entre 1º e 8 de setembro é tecnicamente possível, mas deixa pouquíssima margem para imprevistos, disputas de redação ou obstrução de algum partido insatisfeito com o texto final.

TENDÊNCIA: Se o Congresso não conseguir aprovar a MP a tempo, o retorno automático da taxa de 20% no meio da reta final de campanha tende a gerar desgaste imediato para o governo, justamente num tema que mexe direto no bolso do consumidor e que ganhou grande repercussão nas redes quando a cobrança foi criada. A folga apertada do calendário torna esse desfecho um risco real, não apenas hipotético, e deve pressionar Alcolumbre e os líderes partidários a acelerar o acordo em torno do relator assim que a comissão for instalada.

Julgamentos sobre o RJ, emendas parlamentares e uberização entram na pauta do STF



Plenário do STF (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

O Supremo tem uma sequência de decisões politicamente sensíveis nas próximas semanas. A primeira, marcada para 19 de agosto, vai definir o formato da eleição para o mandato-tampão do governo do Rio de Janeiro, decidindo se a escolha será por voto direto da população ou indireta, pela Assembleia Legislativa fluminense. O caso chega ao plenário com placar de 4 a 1 a favor da eleição indireta, e o relator, ministro Cristiano Zanin, é o único voto a favor do voto direto até aqui, argumentando que, quando a perda do cargo eletivo decorre de decisão da Justiça Eleitoral, a escolha do substituto deveria voltar ao eleitor.

A ação foi movida pelo diretório estadual do PSD contra a decisão do TSE que já havia determinado eleição indireta, depois da renúncia de Cláudio Castro, condenado à inelegibilidade, e da vacância simultânea da vice-governadoria e da presidência da Alerj.

No dia seguinte, 20 de agosto, os ministros analisam seis ações sobre a execução obrigatória de emendas parlamentares individuais, de bancada e de comissão em Mato Grosso, Paraíba e Rondônia. O julgamento avalia regras estaduais inspiradas no modelo de orçamento impositivo federal e, embora atinja diretamente apenas esses três estados, tende

a servir de parâmetro para outras assembleias legislativas, num momento em que o tema das emendas já vem sendo tratado pelo STF com uma sequência de decisões sobre transparência, rastreabilidade e critérios de execução.

Fecha a sequência, em 27 de agosto, o julgamento sobre uberização, que vai definir se motoristas de aplicativo têm vínculo empregatício com plataformas como a Uber. O caso, relatado por Edson Fachin dentro do Tema 1291, tem repercussão geral reconhecida, o que significa que a tese fixada pelo STF vai valer para todos os processos semelhantes em tramitação no país. A análise deve girar em torno dos critérios clássicos da relação de emprego, subordinação, pessoalidade, habitualidade e onerosidade, com a dificuldade adicional de aplicar esses conceitos a um modelo de trabalho em que o controle da empresa não passa por ordens diretas ou chefias presenciais.



TENDÊNCIA: As três decisões compartilham o potencial de gerar precedente nacional a partir de casos originalmente localizados. O julgamento da uberização, em particular, tem o maior potencial de impacto imediato sobre o bolso de milhões de trabalhadores e sobre o modelo de negócio de plataformas digitais, o que deve concentrar a atenção do mercado e do noticiário econômico na última semana de agosto.

Congresso segue esvaziado às vésperas da campanha, com 87 vetos aguardando na pauta



Congresso Nacional (Foto: Fabiana Domingues de Lima/Wikimedia Commons)

O Congresso voltou do recesso em 3 de agosto com votações que ficaram restritas a duas janelas curtas, uma nesta última semana entre 10 e 14 de agosto, cujo destaque foi a aprovação nas duas Casas do PLP 114/2026, dos combustíveis, e outra entre 31 de agosto e 3 de setembro, deixando o restante do período livre para que parlamentares-candidatos se dediquem à campanha que começa oficialmente neste domingo.

Enquanto isso, 87 vetos presidenciais seguem travando a pauta do Legislativo, entre eles pontos sensíveis como a regulamentação da reforma tributária, o Estatuto do Pantanal, a LDO e a LOA de 2026, o novo marco do setor elétrico e o veto integral à Lei da Dosimetria.

Nem tudo, porém, ficou parado. Alcolumbre encaminhou nesta semana três propostas prioritárias do governo às comissões do Senado, a PEC do fim da escala 6x1, a PEC da Segurança Pública e o pro-

jeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, mas fez questão de classificar os três textos como de alta complexidade, o que na prática adia qualquer votação em plenário para depois de um período mais longo de análise.

Outros projetos que ficaram pelo caminho no primeiro semestre, caso do PL da Misoginia e do PL de Inteligência Artificial, também seguem sem data para retornar à pauta.



TENDÊNCIA: Com o calendário eleitoral dominando a agenda dos parlamentares e o volume de vetos represados só crescendo, o Congresso corre o risco de acumular um trabalho pesado demais para as poucas semanas de esforço concentrado que restam até outubro. Esse acúmulo tende a se resolver de duas formas, uma corrida de votações em bloco na reta final do ano ou o adiamento de parte relevante da pauta para a próxima legislatura, cenário que já se desenha para temas como o 6x1 e a PEC da Segurança.

Em destaque no Ranking

● RANKING DOS POLÍTICOS COMPLETA 15 ANOS

Nesta terça-feira, dia 11, o **Ranking** completou 15 anos de atuação. Desde 2011, são 15 anos acompanhando o Congresso Nacional, avaliando a performance dos parlamentares e contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil. Obrigado a todos que fazem parte dessa história!

● INSTITUTO UNIDOS BRASIL E FPN RECEBEM PRESIDENCIÁVEIS EM BRASÍLIA

A Frente Parlamentar Mista do Ambiente de Negócios (FPN) e o Instituto Unidos Brasil (IUB), com apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e do **Ranking dos Políticos**, promovem nesta terça-feira, dia 18 de agosto, dois encontros do ciclo "O Brasil em Debate com os Presidenciáveis", voltado à discussão sobre ambiente de negócios, competitividade e desenvolvimento econômico.

Às 13h, uma reunião-almoço recebe Renan Santos, cofundador e coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL) e pré-candidato à Presidência da República. Às 18h, um coquetel recebe Ronaldo Caiado, ex-governador de Goiás e também pré-candidato ao Planalto.

Os encontros acontecem na Sede FPN-IUB, no Lago Sul, em Brasília, e são direcionados a parlamentares, empresas e entidades setoriais filiadas ao IUB, imprensa e representantes do setor privado brasileiro.

● ANR É A NOVA MANTENEDORA DO RANKING DOS POLÍTICOS

A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) é a mais nova mantenedora do **Ranking dos Políticos**. A parceria conecta um dos setores que mais gera empregos no Brasil ao acompanhamento apartidário do trabalho de 513 deputados e 81 senadores. [Seja você também um apoiador.](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Eduardo de Oliveira Girão nasceu em 20 de setembro de 1972 em Fortaleza (CE). Formou-se em Administração pela Unifor e tem MBA pela FGV. Foi empresário nos setores de hotelaria e segurança privada antes de ingressar na política. Elegeram-se senador pelo Ceará em 2018, tornando-se o primeiro senador do Partido Novo. No Senado, destaca-se por pautas de segurança pública, combate à corrupção e crítica ao ativismo do STF, tendo sido autor da CPI da Covid. Nessas eleições, foi definido como candidato a vice-presidente na chapa presidencial com o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema.

Eduardo Girão recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** pelo **Ranking dos Políticos** em todos os anos de seu mandato.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

-  Juan Carlos
-  Danylo Shimano
-  Luan Sperandio
-  Daniel Galvêas
-  Gabriel Jubran
-  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

